



An event by the Government
of the Democratic Republic
of São Tomé e Príncipe



AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO

NO HORIZONTE - 2030

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DOS INVESTIDORES E PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO

**SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE,
LONDRES, 14-15 DE OUTUBRO DE 2015**

Endorsements

Knowledge
Partner



McKinsey&Company

ÍNDICE

SIGLAS E ABREVIATURAS	3
INTRODUÇÃO	4
1. APRESENTAÇÃO RESUMIDA DO PAÍS	7
1.1 Geografia, clima e a população de São Tomé e Príncipe.....	7
1.1 O Percurso histórico	8
1.2 Evolução política.....	9
2 A RECENTE EVOLUÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DE STP	10
2.1 A Recente Evolução Económica	10
2.2 Evolução recente dos principais indicadores sociais.....	13
3. OS PRINCIPAIS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE STP.....	16
4. AS GRANDES LINHAS DA AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO E DAS REFORMAS A SEREM IMPLEMENTADAS	18
4.1 As Grandes Linhas da Agenda de Transformação	18
4.2 As principais reformas.....	19
4.2.1 Aceleração do Crescimento Sustentável, Criação de Emprego.....	19
4.2.2 Reforço da Coesão Social e da Credibilidade Externa	21
5 ARTICULAÇÃO DOS OBJETIVOS DO MILÉNIO PARA O DESENVOLVIMENTO (ODM) COM OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	25
6 PORTEFÓLIO DE PROJETOS PRIORITÁRIOS.....	29
6.1 Projetos estruturantes em parceria público-privada.....	30
6.2 Programa de investimento público prioritário 2016-2019.....	30
7. OS RISCOS DA VISÃO E DO SEU PRIMEIRO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO, AS DISPOSIÇÕES SEQUENCIAIS E MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO.....	33
7.1 Riscos	33
7.2 Sequenciamento	34
7.3 Monitoramento	35
CONCLUSÃO.....	36
LISTA DOS PROJETOS.....	38

SIGLAS E ABREVIATURAS

AGR	: Atividades de geração de renda
ODA	: Assistência oficial ao desenvolvimento
BAD	: Banco Africano de desenvolvimento
EPC	: Custo das necessidades básicas
DHD	: Desenvolvimento humano sustentável
EX	: exportação
FEC	: Facilidade de crédito estendido
IMF	: Fundo Monetário Internacional
MDRI	: Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral
IED	: Investimento directo estrangeiro
IDH	: Índice de desenvolvimento humano
IM	: importações
INE	: Instituto Nacional de Estatísticas
IOF	: Inquérito sobre as condições de vida do agregado familiar
Km	: quilómetro
M	: milhões
ONU	: Organização das Nações Unidas
ODS	: Objectivos de desenvolvimento sustentável
OMD	: Objectivos do milénio para o Desenvolvimento
ONU	: Organização das Nações Unidas
PAP	: Acção prioritária programa
SIDS	: Pequenos Estados insulares em desenvolvimento
PIB	: Produto Interno Bruto
PIP	: Programa de Investimento público
PMA	: Países menos Avançados
PNUD	: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
HIPC	: Países pobres altamente endividados
TFP	: Parceiros técnicos e financeiros
STD	: Dobras (moeda de São Tomé)
STP	: São Tomé e Príncipe
TNS	: Taxa de matrícula líquida
EU	: União
USD	: Dólares dos Estados Unidos da América
VAN	: Valor presente líquido
HIV/AIDS	: Vírus da imunodeficiência humana/síndrome da imunodeficiência adquirida

INTRODUÇÃO

Todos os especialistas em Prospeção acordaram em afirmar hoje de que a África é, por excelência, o « Continente do Futuro» e que deverá, nas próximas décadas, contribuir significativamente para o crescimento mundial.

No seio desta África em ebulição, os países do Golfo da Guiné (Angola, Benim, Camarões, Costa de Marfim, Gabão, Gana, Guiné Equatorial, Nigéria, República do Congo, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe e Togo) desempenham um papel preponderante, graças aos importantes recursos naturais que os mesmos dispõem: cerca de 5% das reservas mundiais de petróleo reconhecidas em 2012 e com as potencialidades em *off shore*, dos recursos butanos, da borracha, do cacau, da madeira, bauxite, cobalto, cobre, diamante, ouro,....., do seu peso demográfico significativo, fazem desta África um enorme mercado de mais de 350 milhões de consumidores, e da juventude populacional (mais 60% com menos de 25 anos) ¹. É necessário tirar partido deste papel que a sua maior vem desempenhando nos últimos anos, dos progressos alcançados tanto em matéria da estabilidade política e social, da integração regional e da luta contra a pirataria marítima, como em matéria da sua performance no que concerne a governação económica e financeira e ao ambiente de negócios. Não se pode negligenciar igualmente os esforços que esses mesmos países têm vindo a envidar no que toca à promoção dos setores sociais, nomeadamente a educação, a saúde e a proteção social, contribuindo cada vez mais para a construção de jovens gerações capazes de enfrentarem os demais desafios do desenvolvimento.

São Tomé e Príncipe ambiciona tirar o máximo partido desta ótima dinâmica sub-regional, rompendo definitivamente com as atitudes que prevaleceram no passado, e explorando-a com altivez os acervos e as vantagens comparativas que jogam ao seu favor. Mudar de paradigma para uma nova estratégia de desenvolvimento, em que o mesmo está empenhado, fará de São Tomé e Príncipe, no horizonte 2030, um Estado emergente, susceptível de oferecer aos seus cidadãos as condições de uma vida digna e decente, pedra basilar para o dinamismo económico que assola a sub-região e o continente em geral.

Com efeito, o Governo santomense elaborou, no âmbito de um processo de auscultação, que mobilizou em conjunto os cidadãos e os atores de desenvolvimento do país, uma visão, ambiciosa e realista, no horizonte 2030.

¹ Em 2013, a sub-região, com exceção da Guiné Equatorial, tinha exportado 160 bilhões de dólares americanos (dos quais : 23 em petróleo, 20 em gás butano, 6 em borracha, 5 em cacau). Fonte: Trading Economics, 2013 ; atlas.media.eu, citado pelo McKinsey & Company.

Esta visão é chamada a dar respostas às aspirações dos cidadãos, graças à transformação do país num **hub** de serviços marítimos e aéreos, mas igualmente graças aos serviços financeiros, de saúde, de educação e do turismo para o Golfo da Guiné. A concretização desta transformação dar-se-á através da realização de um porto de transbordo de Águas Profundas e de um aeroporto de grande capacidade, o ordenamento de uma zona franca e das oportunidades que se apresentarão no domínio das infraestruturas das performances do TIC.

Como forma de partilhar essa visão, que se declina em programas plurianuais de desenvolvimento, e as grandes linhas do seu primeiro programa plurianual de implementação, com os seus potenciais investidores e parceiros do desenvolvimento, o Governo santomense organiza, nos dias 14 e 15 de Outubro de 2015, em Londres, a sua Primeira Conferência Internacional dos Investidores e Parceiros de São Tomé e Príncipe, **STeP IN 2015**.

Elaborado nesta perspetiva, o presente documento é composto por sete capítulos :

- O primeiro reporta-se à uma apresentação resumida do país ;
- O segundo descreve, de forma succinta, a sua recente evolução económica e social ;
- O terceiro enumera os principais desafios que o país enfrenta;
- O quarto faz uma retrospectiva das grandes linhas da visão estratégica no horizonte – 2030, ou seja, a Agenda de Transformação e coloca em evidência as reformas, já iniciadas ou em preparação, com as quais, a serem implementadas progressivamente, espera-se ultrapassar os desafios;
- O quinto capítulo estabelece uma articulação entre a Agenda de Transformação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), adotados pela comunidade internacional em Setembro de 2015, no âmbito dos trabalhos da Agenda Pos-2015 ;
- O sexto capítulo esboça o portefólio de projetos prioritários 2016-2018, tradução financeira do primeiro plano de implementação da Agenda de Transformação, cujo efeito da sua realização deverá resultar no lançamento, forte e determinado, do processo de transformação do país. A mobilização dos financiamentos exteriores deverá traduzir-se no compromisso da comunidade dos parceiros do Estado santomense em atenuar esses riscos, em romper

definitivamente com a vulnerabilidade do país e colocar-se, irremediavelmente, como santuário da emergência económica, o garante da coesão social, da estabilidade política e do alcance dos ODS;

- Finalmente, o sétimo capítulo retrata os riscos que estão associados à Visão e ao seu primeiro plano de implementação, recapitula as medidas iniciadas ou a serem tomadas pelo Governo, impedindo, outrossim, mitigando, no máximo, os efeitos desses riscos, por um lado, e, por outro, apresenta a sequência lógica da implementação da Agenda de Transformação do País e do seu Sistema de Seguimento-Avaliação.

1. APRESENTAÇÃO RESUMIDA DO PAÍS

1.1 Geografia, clima e a população de São Tomé e Príncipe

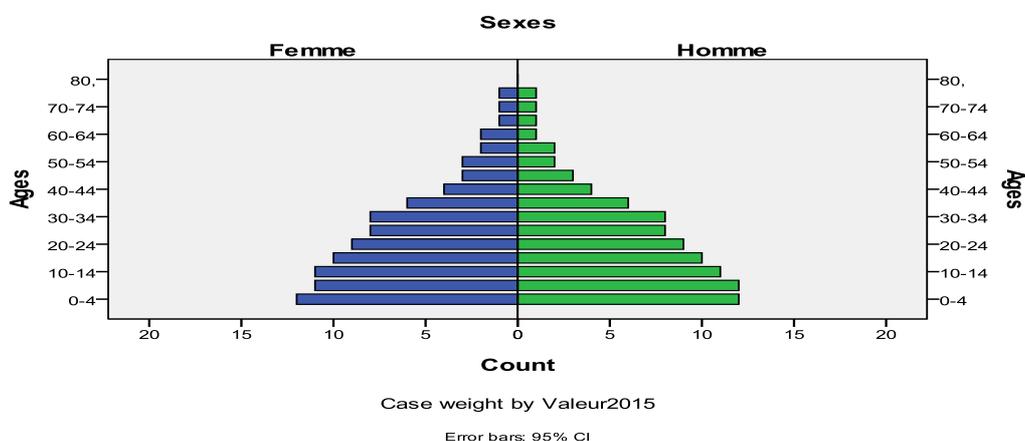
São Tomé e Príncipe é um arquipélago no Golfo da Guiné, constituído por duas ilhas principais e ilhéus adjacentes, atravessado pela Linha do Equador, a cerca de 300 km a Oeste do Gabão, a cerca de 240 quilómetros da África Central. É um dos mais pequenos Estados do mundo e o segundo mais pequeno de África, depois das Ilhas Seicheles, com uma superfície total de 1 001 km².



Com um clima tropical, quente e húmido, São Tomé e Príncipe regista duas estações, a chuvosa, com cerca de oito (8) meses – Outubro a Maio-, a seca (*Gravana*), de Junho - Setembro.

De acordo com os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população total do país em 2015 é de cerca de 194.006, com pouco mais de 50% de mulheres, e uma população jovem de menos de 25 anos de cerca de 62%. A taxa de crescimento natural da população em 2014 é 2,76%. O gráfico 1 abaixo indicado ilustra a pirâmide da população segundo sexo e faixa etária.

Pyramide de la population 2015_ São Tome & Principe



Source : Fomte : Evolução da população da República Democrática de São Tomé e Príncipe, 1950-2050, Idrissa Sanoussi, PNUD, São Tomé, 2015.

1.1 O Percurso histórico

A descoberta da ilha de São Tomé remonta o século XV, em 21 de Dezembro de 1470 pelos então navegadores portugueses, Pedro Escobar e João de Santarém, ao serviço de um milionário mercantil, João Gomes.

A ilha, até então desabitada, viria a ser povoada em 1493 com a introdução dos deportados portugueses, enviados oficialmente para terem uma oportunidade de redenção, quando, efetivamente, a finalidade era desembaraçar-se dos mesmos e conseguir mão-de-obra barata nessas novas terras. As populações das zonas costeiras do Golfo da Guiné, levadas à escravidão, também são transferidas para a ilha, assim como as 2.000 crianças espanholas órfãs judias cujos pais fugiram da Espanha durante a Inquisição. Colonos e soldados portugueses vieram em seguida, para se ajuntarem posteriormente a esses três grupos de população.

Em meados do século XVI, São Tomé passa a ser um dos principais produtores mundiais de cana-de-açúcar e a ilha transforma-se num ponto de passagem do tráfego de escravos entre a África e o Brasil. Durante os dois séculos subsequentes, as revoltas de escravos, particularmente a de 1585, bem como as doenças que ocorrem nas plantações e a pirataria, fizeram com que a maioria dos plantadores fugissem para a Amazônia.

Com a ascensão do Brasil à independência em 1822, são inúmeros os colonos portugueses que deixaram Brasil e se mudaram para São Tomé e Príncipe, onde passaram a explorar as grandes plantações agrícolas -

Roças. Trouxeram consigo as riquezas do novo mundo e os cacauzeiros como plantas ornamentais.

Em meados do século XX, as revoltas se sucedem e com elas as repreensões, e, como não podia deixar de ser, o declínio rápido das plantações.

A independência de São Tomé e Príncipe foi proclamada em 12 de Julho de 1975.

1.2 Evolução política

No decorrer dos quinze anos que se seguiram ao nascimento do Estado de São Tomé e Príncipe, o país passou por um sistema político, de obediência marxista, apoiado por um partido único que desenhava a sua legitimidade pela sua luta de libertação.

A 10 de Setembro de 1990, inspirado pelos ventos da democratização que pairava sobre a África e o mundo, São Tomé e Príncipe conhece uma nova Constituição, inspirada pelo sistema português, comungando o multipartidarismo e o semipresidencialismo, no qual o Primeiro-ministro é o Chefe do Governo. Desde então, o país conhece regularmente as alternâncias pacíficas no poder, muitas delas sob forma de coligações parlamentares e períodos de coabitação nas instâncias do Executivo.

Este quarto do século de consolidação do sistema democrático permitiu São Tomé e Príncipe ser um dos poucos países africanos melhor classificados, segundo os Índices de Liberdade e de Governança Política. Com efeito, de acordo com a classificação 2015 da *Freedom House*, o país atingiu em 2014 um índice de 2 e uma pontuação global de 34/40, enquanto arrecadava no mesmo ano uma outra classificação, desta feita, da Fundação Mo Ibrahim, colocando-o em 12º lugar dentre os 52 países africanos.

O governo, resultante das eleições de 12 de outubro de 2014, apoiado por uma maioria parlamentar de 60% dos assentos, é constituído, sob a liderança do Primeiro-ministro, Senhor Patrice Emery Trovoada, para desenvolver neste contexto político muito favorável e gozando concomitantemente das reais oportunidades de internacionalização da economia, um processo de transformação da economia são-tomense, garantindo o progresso social e sustentável do seu povo.

2 A RECENTE EVOLUÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DE STP

2.1 A Recente Evolução Económica

A economia são-tomense, à semelhança das dos pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS), é fortemente afetada pela natureza insular do país, pela sua fragilidade, a limitação dos seus recursos e pela fraca capacidade de absorção. Como resultado, a extrema vulnerabilidade aos choques externos e a forte dependência da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), que financia mais de 90% das despesas de investimento (em média, 93,6% durante o período de 2012-2015). O setor terciário, em grande parte informal, representa cerca de 60% do PIB e emprega 60% da população ativa, enquanto os sectores primário e secundário contribuem, cada um, com 20% do PIB, segundo os dados mais recentes.

A APD oscila gangorra de 2010 a 2013. Em 2011, o país recebeu um total de APD estimada em US \$ 72,4 milhões de dólares. Após uma queda em 2012, o nível aumentou ligeiramente, passando para 52 milhões de dólares em 2013. (Ver tabela abaixo).

Tabela 1 : APD líquida beneficiada por São Tomé e Príncipe entre 2010 e 2013 em milhões de dólares US

	2010	2011	2012	2013
STP	49,3	72,4	48,8	51,8

Fonte : Site Web OCDE 2015

Desde a realização da Iniciativa HIPC, em Dezembro de 2007, as autoridades são-tomenses têm vindo a implementar com o apoio de seus parceiros de desenvolvimento, políticas destinadas a estabilizar o quadro macroeconómico, promover o crescimento e reduzir a pobreza.

No plano económico, estas políticas foram bem-sucedidas, o que permitiu o país de esgueirar, a partir de 2010, no limiar da parcela inferior atribuída aos países de rendimento médio, com uma renda *per capita* estimada em 1.410 USD em 2014. Foi graças a este progresso que foi possível o país habilitar-se, em julho passado, a celebrar com o FMI um programa trianual, apoiado pela Facilidade Alargada de Crédito (FEC) de cerca de 2 milhões de USD.

Ao longo do período 2010-2014, registou-se um crescimento, com uma taxa anual média na ordem de 4,5%, impulsionada principalmente pelo aumento

do investimento direto estrangeiro, pelo lançamento de novos projetos financiados por doadores e pela melhoria das receitas do turismo. Foi igualmente graças à paridade com o Euro que a inflação tem sido progressivamente controlada, tendo-se registado uma redução de 13% em 2010 para 6,4% em 2014. Até 2015, a taxa de crescimento e inflação deveriam situa-se respetivamente em 5% e 5,8%, de acordo com as projeções do FMI.

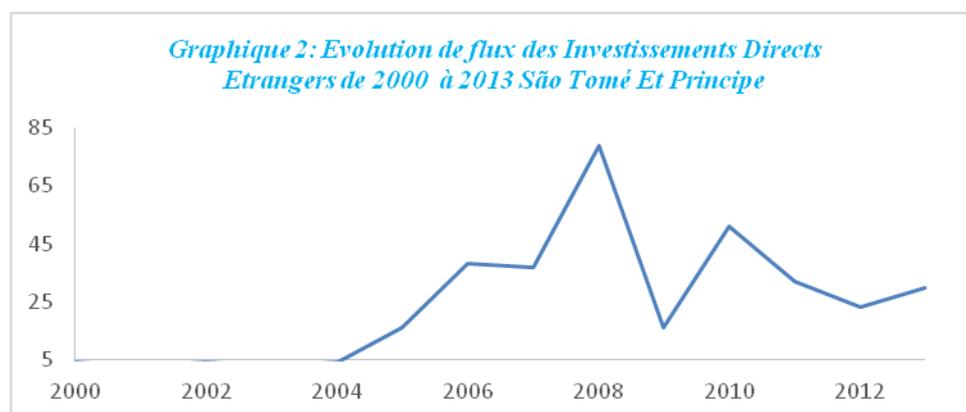
Apesar dos significativos progressos registados nos últimos anos, em termos de contenção de despesas, o saldo fiscal global, os compromissos de base, deterioraram-se, passando de um excedente de 14,2% do PIB em 2008 para um défice de 17,4% em 2011 e 10,9% em 2012. Após uma melhoria em 2013 (excedente de 1,9% do PIB), o saldo passou a ser novamente deficitário (-5,5% do PIB em 2014) e uma projeção de 8,8% em 2015, de acordo com os dados do FMI. Deveu-se particularmente à fraca capacidade dos serviços fiscais, que se traduziu em uma mobilização do potencial fiscal, tanto em termos de expansão da base como em termos de cobrança de impostos.

A fraca diversificação da economia são-tomense e a sua forte sensibilidade à demanda e aos preços mundiais do cacau fazem com que o saldo da conta corrente, com exceção das transferências oficiais, seja estruturalmente deficitário. Apesar de conhecer uma certa queda, esse saldo continua sendo bastante consistente (-43,6% do PIB em 2010, - 39,7 em 2012, - 36,6% em 2014). Segundo os dados mais recentes do FMI, até 2015, esse saldo elevar-se-á 28,5%.

Os gastos de capital registaram uma queda de 27% do PIB em 2012 para 12,4% em 2013 e para 12,7% em 2014. Esta diminuição deve-se à fraca capacidade de absorção do país (a taxa de execução das despesas de investimento público foi de apenas 35% em 2014 e variando significativamente de acordo com departamentos ministeriais. Resulta-se igualmente das fragilidades estruturais da maioria das administrações responsáveis pela planificação e monitorização dos projetos a nível sectorial. De acordo com as projeções do FMI, esses gastos devem aumentar significativamente até 2015 para 21,7% do PIB, sob o efeito combinado do aumento do investimento público e privado.

O gráfico abaixo retrata a evolução do IDE no período de 2000-2013. É de salientar que estes IDE cresceram a uma taxa anual média de 15,5% nesses dois últimos anos, mas de forma irregular. Assim, entre 2000 e 2004, o nível de IED permaneceu relativamente baixo, oscilando entre 3 e 4 milhões de USD e isso até 2005, ao registar uma aceleração, atingindo uma ótima posição, na ordem de 79 milhões de dólares em 2008. Este progresso deve-se nomeadamente ao investimento em turismo, com a construção da Pestana. Em 2009, o nível de IED registou uma queda de menos de 20

milhões de USD, antes de atingir um dobro aumento de cerca de 51 milhões de USD em 2010 e uma nova queda para USD 32 milhões em 2011, 23 milhões de USD em 2012 em 2012.



Fonte : CNUCED ; site Web 2015

A dívida externa do país, que era insustentável – com uma VAN a representar 349% do PIB em 2002 – reduziu-se sensivelmente após o país ter beneficiado das Iniciativas do PPTE e do IADM. Em 2014, segundo os dados do FMI, estimava-se em 31,5% do PIB e o seu serviço em 5% das exportações de bens e serviços – não fatores, enquanto a dívida interna representava, em 31 de Dezembro de 2014, um pouco mais de 35 bilhões de Dobras, ou seja, cerca de 0,6% do PIB.

As reservas internacionais brutas de troca continuam sendo relativamente modestas e cobriam em 2014, 3,9 meses de importação de bens e serviços não-fatores (3,5 e 3,4 meses, respetivamente, em 2012 e em 2013, e 4 meses em 2015), segundo os dados do FMI.

Tabela 2 : Evolução dos principais indicadores económicos, entre 2010 e 2015

	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Taxa d crescimento (em %)	4,5	4,9	4,5	4	4,5	5
Taxa de Inflação (em %)	12,9	11,9	10,6	8,1	7	5,8
Saldo orçamental global (em % do PIB)	-11	-17,4	-10,9	1,9	-5,5	-6
Saldo da balança dos pagamentos correntes (em % do PIB)	-43,6	-42,5	-39,4	38,3	-36,6	-28,5
VAN – dívida externa (em % do PIB)	33,7	33,6	30,7	27	30,1	32,5
Serviço da dívida externa (em % d'EX)	6,6	8	7,3	9,5	5	4,8
Reservas internacionais de troca (por Meses d'IM)	4,5	4,8	3,5	3,4	3,9	4

Fonte : IMF Country Report No. 15/196, July 2015, Press Release No. 13/533, 19 de Dezembro de 2013 e Base de dados do Banco Mundial.

* : Projeções

Relativamente à sua vulnerabilidade e à forte prevalência da pobreza, São Tomé e Príncipe continua a beneficiar fortemente da ajuda externa, tanto multilateral (Banco mundial, BAD, UE, FMI, agências do Sistema das Nações Unidas), como bilateral (Portugal, Taiwan, Brasil, Nigéria e Angola, nomeadamente), razão pela qual as expectativas suscitadas da descoberta, nos anos 2000, dos jazigos de petróleo tardam a se concretizar, causando, por conseguinte, uma decepção crescente da população do país, que aspira, legitimamente, às melhores condições de vida.

2.2 Evolução recente dos principais indicadores sociais

A situação social em São Tomé e Príncipe continua sendo preocupante, relativamente à maior parte dos demais indicadores de desenvolvimento humano. Com efeito, o país classificou-se, em 2014, no 144º lugar, no *rang* mundial, dentre os 187 classificados, na categoria dos países de fraco IDH.

O perfil de pobreza, publicado pelo PNUD em 2012 e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em dezembro de 2012, e formulado, com base no inquérito sobre as condições de vida das famílias (IOF), a mais recente pesquisa de referência, estabelecia em 66,2% a taxa de prevalência da pobreza em São Tomé e Príncipe. O limiar da pobreza retido fixava em menos de 30.071 Dobras a despesa por-cabeça, ou seja, aproximadamente 30.071 € 1,22, em conformidade com a nova abordagem, designada de abordagem absoluta, utilizada normalmente para medir o impacto da pobreza, e com base na metodologia do custo das necessidades básicas (EPC), enquanto necessidades vitais, alimentares e não-alimentares.

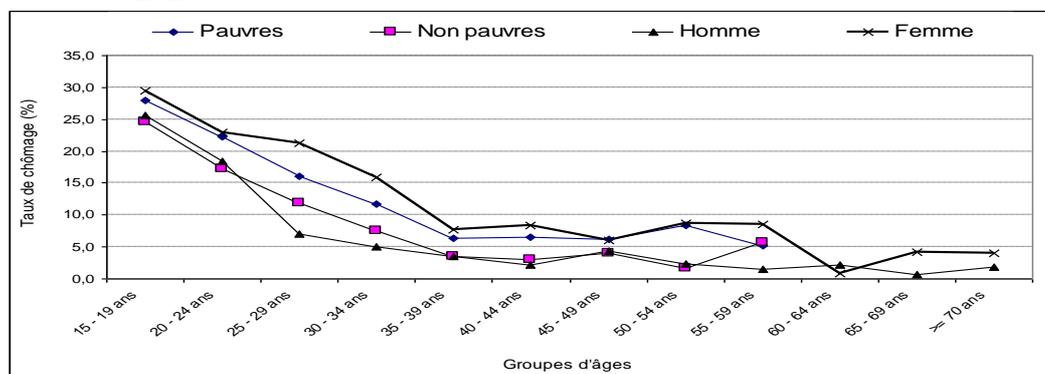
A pobreza afeta muito mais mulheres (71,3%) do que os homens (63,4%) e parece negativamente correlacionada com o nível de educação. Está igualmente correlacionada com a situação no mercado de emprego, sendo a sua prevalência muito mais modesta entre a população ativa do que a população desempregada, a última constituindo o grupo socioeconómico mais pobre. No mercado de trabalho, a população ativa mais vulnerável à pobreza são os trabalhadores independentes do setor privado agrícola (68,4%) e do setor privado não-agrícola (67,7%), enquanto os outros registam taxas de pobreza inferiores a 60% e os ativos do setor dos serviços e o sector da transformação são os que menos estão expostos à pobreza. O tamanho médio das famílias pobres é de 5,3, enquanto o das famílias não-pobres é de apenas 3,3 pessoas.

A análise dos índices da desigualdade revela que os 20% mais pobres apenas dispõem de 7,9% do rendimento nacional enquanto os outros 20%, os mais ricos, acaparam dos 41% deste rendimento.

Em 2010, a taxa de participação líquida estimava-se em 77,3% e o desemprego, ainda que pouco confiável, devido à preponderância do sector dos serviços – largamente informal e onde prevalece as lógicas de solidariedade e de ajuda mútua, ocultando o subemprego e o emprego muito precário e não - decente-, situava-se em 11,1% para a população com mais de 15 anos de idade. Era de 23% para a população jovem de 15 a 24 anos de idade, da qual 25,3% era significativamente raparigas e 21,4%, rapazes.

O grafico 3 abaixo apresenta a taxa de desemprego segundo a idade, o sexo e o estatuto da pobreza.

Gráfico 3 : Taxa de desemprego (%) dos indivíduos de 15 e mais anos de idade, por grupo etário, seguindo-se do sexo e do estatuto de pobreza em 2010



Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

De acordo com o IOF, a taxa líquida de matrícula escolar no ensino primário (TNS) era de 87,5% em 2010, ligeiramente sensível aos rapazes (88,7%, comparando com as raparigas 86,5%), contra a de conclusão desse ciclo escolar, situada em 98%. A taxa de alfabetização de pessoas com 15 e mais anos de idade estimava-se em 87.7% (93,8% - homens, contra apenas 82.1%-mulheres), enquanto 93,7% da população tinha um nível de escolaridade que não excedia o de instrução primária, apenas de 6% correspondia ao um nível de ensino secundário ou superior. Não era nítida a discriminação entre homens e mulheres, mas esta discriminação era muito marcada entre pobres e não-pobres e em todos os níveis do ensino (nenhum nível, primário, secundário, superior).

De acordo com a mesma pesquisa, em 2010, a taxa de mortalidade situava-se em cerca de 19,7% a nível nacional (18,3% para homens em comparação com 21,1% nas mulheres). As doenças respiratórias constituíam a primeira causa de morbilidade e afetava 31,6% da população total do país. O Paludismo representava a doença mais corrente, com prevalência estimada em 10,8% a nível nacional. Afetava muito mais as famílias pobres (21,1%), do que aquelas não-pobres (15,4%).

A taxa de mortalidade materna era de 76% por 100.000 nascidos vivos, enquanto a mortalidade infantil era de 38 por mil em 2014.

A taxa de consulta de saúde era de 85,6% em 2010 e o IOF concluiu que "a cobertura total de saúde no país parece globalmente ser boa e satisfaz a população, à luz das taxas estimadas de satisfação".

De acordo com os dados disponíveis em 2014, 94% da população tinha acesso à água potável, dos quais 70% por ligação à rede de abastecimento de água e 42% a um sistema de saneamento higiénico. A taxa de ligação familiar à rede pública de electricidade era de cerca de 60%, no mesmo ano.

3. OS PRINCIPAIS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE STP

À semelhança da maioria dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), São Tomé e Príncipe não terá atingido, até ao final do ano 2015, os ODM aos quais tinha aderido livremente. Esta situação deve-se ao facto de que o país, tal como já foi assinalado, é fortemente marcado pelo seu carácter insular e pelo facto de as autoridades estarem conscientes dos principais desafios que se lhe impõem superar para ter êxitos na Agenda de Transformação e na concretização da Visão 2030.

O primeiro desafio maior reside no alargamento da base produtiva da economia e na diversificação das fontes de crescimento e de emprego para, por um lado, reduzir a taxa elevada de desemprego, especialmente entre os jovens (23% entre os 14-24 anos) e, por outro lado, substituir as importações de produtos locais e aliviar os fortes estrangulamentos do exterior.

O segundo desafio reporta-se à capacidade da Administração são-tomense. Com efeito, a forte restrição orçamental limita os recursos humanos e os meios dos vários departamentos ministeriais, que se traduz em uma qualidade modesta de concepção de políticas de desenvolvimento económico e social, da sua implementação e do seu acompanhamento e avaliação, bem como do ambiente de negócios.

A falta de infra-estrutura para dar suporte ao crescimento (energia, estradas, portos, aeroportos, água), em virtude do fraco volume de investimento e das enormes necessidades, desde a independência, constitui um terceiro grande desafio do país. O custo relativamente alto destes factores de produção penaliza as finanças públicas, empresas e famílias e desencorajam os potenciais investidores.

A baixa acumulação de capital social constitui um outro grande desafio para o desenvolvimento da economia, o investimento em recursos próprios, sendo quase inexistente, enquanto os financiamentos externos tornam-se cada vez mais restringidos pela crise económica internacional e pela proliferação de focos de tensão no mundo. Como resultado, a APD clássica é até certo ponto deposta a situações de emergência. Além disso, a predominância do sector dos serviços, em grande parte informal, e pouco *capitalística*, agrava ainda mais essa fraca acumulação de capital social.

Esta situação faz com que o país possa ser visto como estando em uma armadilha de fragilidade cuja saída requer uma ação vigorosa e,

simultaneamente, em diferentes vias que lhe permitam enfrentar grandualmente esses os desafios.

São estes os Objetivos da Agenda de Transformação, declinados por esses nove desafios:

- Reduzir a pobreza, nas zonas rurais e costeiras ;
- Promover o emprego dos jovens através da educação e da formação ;
- Reforçar o sistema sanitário ;
- Reforçar a ferramenta de gestão pública e administrativa;
- Promover a transparência e a responsabilização, relativamente à prestação da Administração Pública;
- Reforçar a segurança interna, a segurança pública e a segurança costeira ;
- Simplificar a legislação e melhorar o ambiente dos negócios ;
- Implementar programas de infraestruturas de apoio ao crescimento, e
- Garantir a proteção do ambiente o controlo dos operadores.

4. AS GRANDES LINHAS DA AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO E DAS REFORMAS A SEREM IMPLEMENTADAS

A Agenda de transformação do país assenta-se sobre a Visão «São Tomé e Príncipe 2030 : o País que queremos construir», e sobre um fundamento sólido que se baseia na tomada de consciência da região em que estamos inseridas e no domínio dos dados económicos e sociais endógenos e pelo facto de ter sido elaborada, após um amplo processo de concertação popular que reuniu todas as forças vivas do país, os seus parceiros e desenvolvimento e os principais atores económicos privados.

O maior objetivo desta visão é de transformar o país de tal forma “ Os São-tomenses vivam dignamente, num país estável, democrático e solidário, e vias de modernização, capaz de oferecer serviços de qualidade ao nível da região e ao nível global”, razão pela qual define as nove aspirações a seguir:

- Estabilidade política;
- Crescimento económico sustentável;
- Uma educação de qualidade, acessível a todos;
- Um Estado forte e moderno e uma democracia mais sólida;
- Infraestruturas adequadas para a promoção do desenvolvimento nacional;
- Um sistema de cobertura de saúde de qualidade nacional; Empregos decentes; Justiça, funcional e acessível a todos;
- Uma segurança alimentar e nutricional.

4.1 As Grandes Linhas da Agenda de Transformação

Para essas nove legítimas aspirações dos cidadãos, apesar de hoje colocarem dúvidas sobre a eficácia da ação pública para o desenvolvimento, a visão fundamenta-se em quatro eixos complementares eixos que se sustentam mutuamente para que o país possa atingir uma rápida emergência económica.

O primeiro eixo visa consolidar o Estado de direito e aprofundar cada vez mais a democracia e o segundo ambiciona um crescimento sustentável, enquanto já o terceiro visa promover o desenvolvimento humano e o quarto, a suscitar e a resgatar os valores e os comportamentos que favoreçam, em todos os componentes da sociedade, o reconhecimento e a manutenção de um processo virtuoso conducente ao sucesso das políticas de desenvolvimento.

O Programa do XVIº Governo Constitucional, resultante das eleições de Outubro de 2014, agiliza esses eixos e agrupa-los em dois pilares. O primeiro pilar visa a aceleração do crescimento sustentável, criação de emprego e redução da pobreza e promoção da segurança alimentar, assente em quatro

eixos ou orientações estratégicas. O segundo pilar visa reforçar a coesão social, a credibilidade externa do país e centra-se em cinco áreas.

São esses os pilares sobre os quais assenta-se a Agenda de Transformação:

4.2 As principais reformas

4.2.1 Aceleração do Crescimento Sustentável, Criação de Emprego

O Crescimento acelerado e sustentável, criando emprego e reduzindo a pobreza, só será alcançado graças à implementação simultânea dos programas de investimento e de reformas profundas, visando a:

- (i) Diversificação da economia do país e o alargamento da sua base produtiva para multiplicar as oportunidades de criação de riqueza;
- (ii) Melhoria da gestão das finanças públicas;
- (iii) Modernização das infraestruturas económicas e sociais; e
- (iv) Melhoria da gestão da terra e a preservação do meio ambiente.

4.2.1.1 A Diversificação da economia e criação de nova riqueza

É a ocasião de se criar condições favoráveis susceptíveis de valorizarem o potencial dos setores tradicionais da economia santomense, tal como a agricultura, a pesca e o turismo, assim como criarem oportunidades de emprego para os jovens e menos jovens, capazes de contribuir nos dois primeiros anos para a melhoria da segurança alimentar do país e para a redução da sua dependência vis-à-vis ao resto do mundo. Aliás, a exploração petrolífera é ua matéria que não será negligenciada mas sim intensificada.

É igualmente uma oportunidade propícia para novas ocasiões de criação de riquezas, nomeadamente no setor dos serviços e para explorar todas as possibilidades que a TIC proporciona, através de medidas específicas vigorosas em matéria de:

- Melhoria do ambiente de negócios e da atratividade dos IDE;
- Promoção do empreendedorismo; e
- Melhoria da integração do comércio regional e mundial.

4.2.1.2 Melhoria da Gestão estratégica de Desenvolvimento e Finanças

A diversificação da economia e a criação de novas riquezas exigem uma reforma profunda da administração pública para que ela possa efetivamente constituir uma verdadeira força impulsionadora de desenvolvimento.

Neste contexto, a melhoria da gestão estratégica do desenvolvimento será a pedra basilar do processo de transformação do país, sem a qual seria inconcebível aumentar substancialmente a capacidade de mobilização de recursos e a sua absorção. Só seria possível graças a um reforço visível da capacidade nacional, no que concerne a concepção, planificação e seguimento-avaliação das políticas, programas e projetos de desenvolvimento. Com efeito, é necessário dar uma atenção especial:

- À racionalização das estruturas administrativas;
- Ao reforço das capacidades, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento e a implementação de um plano nacional de capacitação e abordagem desta preocupação e da assistência técnica, na perspectiva de promoverem a transferência de capacidades em todos os projectos financiados pelos PTF, e;
- A valorização dos recursos humanos, por vias de reafecção dos efetivos e formação e dos recursos financeiros.

A gestão das finanças públicas, que tem vindo a registar progressos notáveis nos últimos anos, será reforçada com a implementação de várias reformas acordadas no âmbito do FEC do programa apoiado pelo FMI, tendo como objetivo o seguinte:

- Manter a estabilidade do quadro macroeconómico;
- Aumentar, sem prejuízo para a atratividade do investimento, recursos internos, nomeadamente os impostos;
- Controlar as despesas de funcionamento do Estado, reduzindo os excessos e controlando sistematicamente as despesas injustificadas ou de conveniência (telefone, viagens...); e
- Garantir melhor eficácia e eficiência das despesas públicas.

4.2.1.3 Modernização das Infra-estruturas económicas e sociais

O crescimento económico não pode ser forte e durável sem que o mesmo seja acompanhado de disposições de modernização e de densificação da rede de infraestruturas económicas e sociais.

Foi desenvolvido um ambicioso programa de desenvolvimento de infraestruturas portuárias, aeroportuárias e energéticas, tendo já conseguido alguns progressos na mobilização do seu financiamento, de acordo com os padrões da parceria público-privada. Com a implementação deste programa, STP ambiciona tornar-se um hub de serviços marítimos e aéreos para os países do Golfo da Guiné.

Este programa também irá acelerar o processo de diversificação da base produtiva do país e criação de novas riquezas, particularmente no sector terciário, onde a ambição é de oferecer um serviço de alta qualidade e matéria financeira, de saúde, educação e lazer, graças a incentivos atraentes

para a instalação de empresas e o desenvolvimento da infraestruturas de TIC de alta qualidade.

As infraestruturas de transporte terrestre, de água e de telecomunicações e infraestrutura TIC beneficiarão igualmente de um aumento do investimento público.

4.2.1.4 Melhorar a Gestão da Terra e a Preservação do Meio-ambiente

O tamanho geográfico e a natureza insular do país levam-no a adotar uma estratégia de gestão da terra, conciliando a exigência da satisfação das necessidades atuais da população sem no entanto endividar as perspectivas de desenvolvimento das gerações futuras.

Torna-se por isso necessário conceber e pôr e prática uma estratégia de administração do território que possa garantir uma racionalização do uso das terras, seja ela para as necessidades habitacionais ou para atividades económicas, desde que para tal sejam contempladas escrupulosamente a preservação do meio-ambiente, capaz de influenciar a qualidade de vida dos cidadãos e a dos produtos turísticos do país. É neste âmbito que está sendo realizada no país a revisão da lei fundiária.

4.2.2 Reforço da Coesão Social e da Credibilidade Externa

Políticas de ação governativa prosseguirão na perspectiva do reforço da coesão social e da credibilização externa do país:

- (i) Reforço do capital humano e da governança;
- (ii) Promoção da juventude, consolidação da família e proteção dos mais vulneráveis;
- (iii) Valorização da cultura nacional, apoio ao desenvolvimento do esporte e a inclusão da diáspora;
- (iv) Promoção de pólos de desenvolvimento local e a descentralização; e
- (v) Consolidação da cooperação internacional e a preservação da soberania nacional.

4.2.2.1 O Reforço do Capital humano e da Boa Governação

O capital humano é aquele que garante a sustentabilidade do crescimento e a distribuição social e territorial equitativa dos seus frutos, contribuindo assim para o reforço da coesão social, contanto que o país enverede pela estabilidade política e pela credibilidade externa. O desenvolvimento deste capital dependerá grandemente da qualidade de governação do país.

As autoridades de santomenses estão empenhadas em desenvolver e implementar uma política eficaz de desenvolvimento do sistema educativo que garanta a cada criança uma educação de qualidade capaz de lhe preparar para a vida activa. Neste âmbito, um acento tónico será dado à melhoria da qualidade de todos os níveis de ensino e à densificação e à

adaptação da formação profissional e técnica para que ela possa acompanhar as mudanças na economia do país e as novas exigências do mercado de trabalho.

Elles sont tout aussi déterminées à promouvoir, sur toute l'étendue du territoire et à des coûts accessibles à tous, une offre de soins de santé de qualité, grâce à dotation des différentes formations sanitaires infrastructures en personnel qualifié, équipements modernes, notamment pour le diagnostic, et médicaments en quantité et qualité suffisantes.

As autoridades estão igualmente determinadas a promover uma oferta de cuidados de saúde de qualidade, com a doação das formações diferentes em todo o território e acessível a todos, custo sanitário infra-estrutura em pessoal qualificado, equipamentos modernos, particularmente para o diagnóstico e medicamentos em quantidade e qualidade suficientes.

O seguro médico será alargado para permitir que todos os cidadãos tenham acesso aos cuidados de saúde. Mecanismos financeiros específicos serão criados para o efeito, tanto quanto os dispositivos de solidariedade apropriados para as categorias sociais frágeis, incluindo as mulheres chefes-de-família, pessoas portadoras de deficiência e os desempregados, garantindo-lhes um rendimento regular (AGR e outras modalidades).

A Justiça é a pedra basilar de qualquer democracia e a sua confiabilidade é uma das condições prévias ao crescimento da criação de riqueza a uma economia liberal. A estratégia que será implementada terá como objectivo, através de reformas institucionais e legislativas profundas e programas ambiciosos de investimento, assentar e consolidar as bases de uma justiça protetora das pessoas e dos bens, de uma forma imparcial e diligente, com enfoque em:

- Construction et l'équipement de tribunaux et cours, dans le cadre d'une vaste opération de maillage du territoire par les formations judiciaires.
- Formação de magistrados e funcionários judiciais e as suas condições de emprego, incluindo a sua remuneração e suas garantias legais de independência, relativaente à Chancelaria;
- Reformulação dos textos de acordo com os padrões que hoje se observa, (iii) o reforço das instituições de controlo e inspecção; e
- Construção e aprovisionamento em equipamento de tribunais, como parte de uma vasta operação territorial levada a cabo pelas formações judiciais.

A criação das condições necessárias para o crescimento dos mídias públicos e privados, vetor de despertar das populações e o enraizamento nas suas culturas, a melhoria da governação global do país e a promoção da sua

imagem de marca, será uma das prioridades da ação pública. Urge realizar as reformas necessárias, inclusive legislativas, institucionais e regulamento e fornecer um apoio e orientações adequados para garantir a qualidade do serviço público e o desenvolvimento de uma oferta privada de serviços nacionais de informação e comunicação, responsável, profissional e de qualidade.

4.2.2.2 Promoção da juventude, a consolidação da família e da proteção dos grupos vulneráveis

A juventude santomense é o futuro da Nação. Um conjunto de políticas complementares, destinadas a assegurar o seu desenvolvimento e a sua plena participação no emocionante trabalho de transformação do país, será implementado. O enfoque será nas políticas e programas que promovam o surgimento de talentos e a liberação das energias criativas dos jovens, incluindo políticas e programas de:

- Educação-formação;
- Emprego e inserção ;
- Empreendedorismo ;
- Comunicação e TIC;
- Desporto ; e
- Cultura.

Uma ambiciosa política habitacional será desenvolvida, de forma participativa e concertada. Terá a conciliar os imperativos da solução da crise de alojamento que atualmente conhece o país, por um lado, com uma política saudável de desenvolvimento do território e, por outro lado, a salvaguarda e a preservação do meio ambiente, em contexto marcado pela escassez de terra.

Haverá cuidado em implementar um conjunto harmonioso de medidas complementares, legais, institucionais, económicas e sociais que venham a fortalecer a família, célula básica da sociedade. O objetivo é protegê-la contra os riscos de explosão, violência, de desistência escolar, decadência social,... A ação das autoridades públicas neste domínio será coordenada com a das organizações da sociedade civil de defesa dos direitos da família, mulheres e crianças.

4.2.2.3 Valorização da Cultura nacional e do Desporto e Inclusão da Diáspora

À cultura, enquanto fator determinante da identidade e da coesão nacionais, ser-lhe-á reservada um tratamento de escolha, através da:

- Preservação e recuperação de património histórico e artístico;
- Promoção cultural; produção; e

- Gestão e difusão de criações artísticas e bens culturais, dentro e fora do país.

O desporto é também, sem dúvida, um fator de coesão e integração social, na medida em que o mesmo permite uma melhor qualidade de vida, uma maior autoestima e uma contribuição, que não pode ser negligenciada, para o orgulho nacional. As autoridades devem velar pela garantia do aumento das atividades desportivas que possam beneficiar o maior número de cidadãos e alimentar a coesão e a solidariedade nacionais. O desporto escolar seria revitalizado e os planos plurianuais do desenvolvimento da infraestrutura desportiva serão desenvolvidos e implementados, à medida do volume dos recursos mobilizados e à medida que a restrição orçamental assim o permitir. Os desportos competitivos individuais serão incentivados e terão um apoio contínuo multiforme.

Desde a independência que a diáspora vem desempenhando um papel preponderante no desenvolvimento do país. É necessário reforça-lo cada vez mais para que o processo de emergência de São Tomé e Príncipe beneficie da experiência acumulada pelos nossos cidadãos residentes no estrangeiro, do seu dinamismo em negócios e os recursos financeiros que eles poderiam proporcionar. Para o efeito, as autoridades implementarão um conjunto de medidas, de ordem institucional, jurídica, fiscal e diplomática e medidas de comunicação que visem a:

- Salvaguarda dos interesses dos cidadãos em seus países de acolhimento;
- Consolidação dos laços que os mesmos estabeleceu com o seu país de origem; e
- Facilitação e o incentivo para retornar e/ou promover, em solo nacional, as atividades económicas.

4.2.2.4 O Reforço dos Pólos de desenvolvimento local e Descentralização

O aprofundamento da descentralização e a plena participação das comunidades locais na gestão da vida quotidiana dos cidadãos e na moldagem do seu futuro são um fator de redução dos custos de intermediação na implementação de políticas públicas de desenvolvimento, na melhoria da qualidade dos serviços públicos e no empoderamento da cultura de responsabilidade mútua na prestação de contas, nomeadamente os responsáveis públicos. Constituem igualmente um veículo para o fortalecimento da democracia no país. As autoridades pretendem promover o surgimento e o desenvolvimento de polos de desenvolvimento local, através de, nomeadamente:

- A revisão da legislação fiscal a fim de aumentar os recursos das regiões e dos municípios;

- O reforço da coordenação entre o poder central e descentralizado;
- A transferência gradual de competências e os recursos correspondentes; e
- Apoio ao reforço das capacidades das comunidades locais.

4.2.2.5 Consolidação da cooperação internacional e da soberania nacional

Um país pequeno e frágil, como é São Tomé e Príncipe, deve estabelecer uma rede sólida e diversificada de relações de cooperação internacional para beneficiar da APD e preservar a sua soberania nacional.

As autoridades pretendem prosseguir uma política de relação privilegiada com o máximo de países do mundo, para promover os ideais da paz internacional, segurança, estabilidade e solidariedade. Neste âmbito, atribuem uma atenção especial ao reforço dos laços de integração na sub-região do Golfo da Guiné, para que gradualmente venha a torna-se uma zona de paz, de segurança, de harmonia, solidariedade e de cooperação, ao serviço do desenvolvimento humano sustentável, podendo assim realizar as aspirações do povo.

5 ARTICULAÇÃO DOS OBJETIVOS DO MILÉNIO PARA O DESENVOLVIMENTO (ODM) COM OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Enfrentando um futuro que com certeza será o da mudança, Os SIDS, de que São Tomé e Príncipe é parte integrante, são sitiados de problemas e dificuldades de mercado para uma nova forma de vida e desenvolvimento sustentável.

Para ajudar a forjar uma nova visão das pequenas ilhas e um novo compromisso no que lhes diz respeito, a acção da comunidade internacional deve conduzir a uma visão de crescimento económico inclusivo e sustentável. O desafio é fortalecer a capacidade, *gateways* e redes, que possa promover soluções de operações, mobilizar todos os actores-chave, produzindo uma dinâmica e um impacto real, em prol do respeito pelas culturas.

Este desafio exige uma colaboração eficaz entre o Estado, o sector privado e as organizações da sociedade civil, bem como com os vários actores da cooperação internacional.

L'Agenda de Transformation de São Tomé et Príncipe s'aligne avec les Objectifs de Développement Durables pour 2030, tels qu'adoptés par la communauté internationale, le 25 septembre 2015, en vue de tirer parti de l'élan donné par les OMD, et en particulier les objectifs suivants :

A Agenda de Transformação de São Tomé e Príncipe está alinhada com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, tal como adoptadas pela comunidade internacional, a 25 de Setembro de 2015, na esteira do *momentum* criado pelas metas de desenvolvimento do milênio, particularmente:

- Objetivo n.º 1, que visa erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todo o mundo. Até 2030, o objectivo será de eliminar completamente a extrema pobreza no mundo. Trata-se de implementar sistemas e medidas de proteção social para todos, adaptados ao contexto nacional de São Tomé e Príncipe, incluindo as bases de proteção social para todos, para que em 2030, uma grande parte dos pobres e das pessoas vulneráveis possam beneficiar;
- Objetivo 8, que visa promover o crescimento económico, um emprego produtivo pleno e um trabalho digno para todos. Há que manter uma taxa sustentável de crescimento económico e um elevado nível de produtividade económica, de modernização da tecnologia e da inovação, com enfoque particular nos setores de maior valor e de forte intensidade de mão-de-obra.
- Objetivo 9, que pretende construir uma infraestrutura resiliente, promover uma industrialização sustentável e estimular a inovação. O investimento a longo prazo em infraestrutura e inovação constitui um vetor-chave de crescimento económico e de desenvolvimento;
- Objetivo 14 - manter e operar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos haliêuticos. Até 2030, este objectivo visa beneficiar os SIDS e os países menos desenvolvidos (PMD) da benefício económica da exploração sustentável dos recursos marinhos, particularmente através de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

Matriz de articulação dos ODS com a Agenda de Transformação de São Tomé e Príncipe, 2030.

ÁREAS	OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO
PESSOAS	1, 2, 3, 4, 5	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Redução da pobreza nas regiões rurais e costeiras ➤ Promoção do emprego dos jovens através da Educação e Formação ➤ Fortalecimento do sistema de saúde
PLANETA	6, 12, 13, 14, 15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Proteção ambiental e controle de danos colaterais, devido ao crescimento
PROSPERIDADE	7, 8, 9, 10, 11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promoção da transparência e da responsabilidade nos assuntos públicos ➤ Infraestrutura de apoio aos programas de crescimento ➤ Simplificação do ambiente de negócios/legislação
PAZ	16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reforço da segurança nacional, segurança pública e segurança costeira

No entanto, o governo está ciente da necessidade de esforços sustentados e bem orientados para assegurar a apropriação nacional eficaz dos ODS e a sua declinação em políticas públicas, tanto a nível nacional como ao nível das comunidades locais.

Escusado será dizer que esta apropriação, uma vez efetiva, não pode dar resultados sem que sejam mobilizados de recursos técnicos e financeiros junto dos demais parceiros do país, para financiarem e implementarem programas e projetos que contribuam para a realização destes ODS. Para o efeito, o papel de advocacia do Sistema das Nações Unidas será primordial e deve permitir mobilizar logo que possível, os recursos adequados para se desenvolver uma estratégia de acompanhamento para a implementação do ODS e definir, através dos objetivos, metas e indicadores, as modalidades de transposição destes ODS na Agenda de Transformação do país.

Maior ingestão dos parceiros de desenvolvimento, em conformidade com os compromissos assumidos na Cimeira Social de Setembro 2015, permitirá, sem dúvida, São Tomé e Príncipe, que alcançou 4 dos 8 OMD², alcançar, até ao ano 2030, os ODS. A prova está nos 4 dos 8 ODM que antecedem aos ODS, e que o país conseguiu atingir. Portanto, é evidente que o governo, com o apoio de todos os seus parceiros, bilaterais e multilaterais e o motivado pelo ritmo sustentável das reformas que conduzirá, será capaz de levar o país a alcançar os objetivos da sua Agenda de transformação, em estreita harmonia com os ODS.

² Educação universal, a redução da mortalidade infantil, redução da mortalidade materna e (iv) redução significativa da prevalência das principais doenças endêmicas . Para o objectivo último, observou-se que a taxa de mortalidade devido a malária foi reduzida para zero na ilha de São Tomé em 2014 e alguns anos antes na ilha de Príncipe e, em seguida, a prevalência do HIV/SIDA diminuiu em dois terços entre 2009 e 2015, 1,5% para 0,5%.

6 PORTEFÓLIO DE PROJETOS PRIORITÁRIOS

O primeiro portefólio de projectos prioritários da Agenda de Transformação de São Tomé e Príncipe visa estabelecer as bases para a transformação do país, através de dois projetos estruturantes a serem implementados, segundo os padrões da parceria público-privada, e um programa de investimento público prioritário.

Estes projetos e programas devem preparar o caminho para uma nova dinâmica de crescimento da iniciativa privada nacional e estrangeira e a internacionalização da economia, nomeadamente nos sectores do turismo, logística, porto e aeroporto, a mais-valia da pesca e das atividades económicas relacionadas com a economia do mar.

Para fins de desenvolvimento dos operadores privados, o Estado irá estabelecer duas grandes áreas do território nacional, chamada nova fronteira Park I, consagradas à instalação desses operadores económicos, com características especiais e incentivos substanciais. A nova fronteira Park I será dedicada à indústria e ao comércio, bem como ao turismo de negócios, enquanto a nova fronteira Park II, por sua vez, poderia ser dedicada às iniciativas no campo do turismo, agricultura e inovação.

O investimento público incidirá sobre os elementos relacionados com:

- O desenvolvimento rural, especialmente aqueles que contribuem para o aumento da produtividade das culturas e para a penetração dos mercados, pelas melhores vias de acesso;
- A redução da pobreza na área costeira, associando essas populações às atividades de turismo e do mar;
- A qualidade dos cuidados de saúde;
- A melhoria da qualidade de todos os níveis de ensino e de formação profissional;
- A produção e a aplicação dos textos de reforma e com a introdução da governação eletrónica;
- O reforço da capacidade de absorção do investimento e da ajuda pública ao desenvolvimento; e
- A defesa e protecção do ambiente e a coerência do ordenamento territorial.

6.1 Projetos estruturantes em parceria público-privada

Trata-se de projetos de criação de um porto de águas profundas de transbordo e de um aeroporto internacional, todos eles de grandes capacidades que farão do país um *hub* de serviços logísticos funcional da sub-região do Golfo da Guiné.

Le projet de port de transbordement en eau profonde a un coût estimatif de 500 à 550 millions USD, pour la première phase, dont 35% déjà sécurisés contractuellement et avec une date prévisionnelle de bouclage de son financement fixée au 30 Avril 2016, alors que les travaux de construction de la phase 1 devront être achevés courant 2018 et la mise en service intervenir en 2019.

O projeto do porto de águas profundas de transbordo tem um custo estimado de US \$ 500 a 550 milhões de USD, para a primeira fase, dos quais 35% já estão garantidos contratualmente, cujo prazo de financiamento está fixado em 30 de abril de 2016, enquanto os trabalhos construção da fase 1 deve estar concluído no decorrer de 2018 e o seu funcionamento em 2019.

O aeroporto será construído, extendendo gradualmente o atual aeroporto internacional de Sao Tomé, a sua transição devendo ser muito bem estudada, e os trabalhos a iniciarem já no primeiro trimestre de 2016, em regime de PPP.

Há igualmente previsão de um fundo de garantia para as iniciativas privadas de investimento em energias renováveis, incluindo energia hidroelétrica, no montante avaliado em US \$ 60 milhões, com objetivo de cobrir, no horizonte 2019, 50% das necessidades de eletricidade do país, por fontes de energia limpa e sustentável.

6.2 Programa de investimento público prioritário 2016-2019

Le programme d'investissement public (PIP) prioritaire vise à relever les défis énumérés dans la Note conceptuelle relative à la préparation de STeP IN 2015 et qui se recoupent, tout à fait, avec ceux soulignés dans la partie 3 ci-dessus, ces derniers étant, en quelque sorte, les causes majeures des premiers. O programa (PIP) de investimento pública prioridade visa endereço os desafios listados no conceito nota sobre a preparação da etapa em 2015 e sobrepostas, no total, com aqueles descritos na parte 3, acima, sendo este último, de alguma forma, o major das causas primeiras.

Estes desafios são considerados obstáculos a ultrapassar nos próximos quatro anos para que o país esteja suficientemente preparado tirar melhor partido das oportunidades que advirão no fim deste período, com o novo porto de águas profundas e com o novo aeroporto internacional que farão de São Tomé um hub marítimo e aéreo e uma plataforma de serviços para os países do Golfo da Guiné.

A prioridade do PIP leva em consideração os três aspectos:

- O nível das despesas com capital em 2015 (71 M USD, programação) está a aumentar em mais de 65% sobre o valor percebido em 2014 (43 milhões USD). É fácil deduzir que este nível pode ser mantido durante o período 2016-2018. Escusado será dizer que tudo isto pressupõe haver por parte dos parceiros compromissos em termos de volume de financiamento exigível e que a capacidade de absorção do país melhore substancialmente;
- A implementação das reformas anunciadas pelo Governo, na sua Declaração de política geral e a implementação das demais agências da Agenda de Transformação, deve promover a melhoria da absorção no período 2016-2018;
- O aumento em desembolsos razoáveis durante o segundo ano, o primeiro devendo ser dedicado principalmente à implantação das equipas e aos procedimentos de aquisição e lançamento ou o aprofundamento das reformas para a melhorar da capacidade de absorção;
- O facto de que os projetos de desenvolvimento do governo conheçam o seu fim em 2019 e que, portanto, é mais razoável propor um programa de quatro anos.

Trata-se de um cenário de evolução sustentada dos gastos em capital, um pouco mais otimista do que o de base de 2015 e deixa a hipótese de um crescimento adicional das despesas em capital, tanto em recursos próprios como em financiamento externo, 7,5% em relação ao período de 2016-2019, em média anual.

Este crescimento deve resultar do efeito conjugado de reformas fiscais (expansão da base), melhoria do *plafond* e da introdução do IVA, incluindo, a eficácia das medidas de melhoria da capacidade de absorção (reformas dos contratos públicos, reforço da capacidade da administração...) e maior acompanhamento financeiro dos PTF. Há igualmente hipótese de se atingir uma taxa de câmbio idêntica àquela proposta pelo FMI.

Nesse cenário, a acumulação das despesas de capital durante a período considerado atingirão USD 305 milhões.

A tabela a seguir ilustra a repartição total das despesas públicas para o período 2016-2019, de acordo com nove desafios.

7. OS RISCOS DA VISÃO E DO SEU PRIMEIRO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO, AS DISPOSIÇÕES SEQUENCIAIS E MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO

7.1 Riscos

As autoridades de são-tomenses estão conscientes de que a visão e o seu primeiro programa de implementação enfrentam diversos riscos.

O primeiro desses riscos encontra-se na ambição da visão, baseada fundamentalmente na construção de um porto de águas profundas de transbordo e de um aeroporto internacional, com capacidades para transformar o país num *hub* de serviços logísticos na sub-região do Golfo da Guiné.

No entanto, o tamanho do país e o peso dos outros Estados da sub-região e as suas ambições para o desenvolvimento das infraestruturas portuárias e aeroportuárias, são considerações que pesam pouco, quando comparadas com as condições naturais de uma ilha vulcânica que dispõe de sítios exclusivos que respondem às necessidades da próxima geração, tanto em termos técnicos como operacionais.

A localização privilegiada de São Tomé e Príncipe, a sua estabilidade política e coesão social, juntamente com o bom desempenho económico dos últimos anos, o programa de reformas em vias de implementação ou de lançamento, e as perspectivas de desenvolvimento da sub-região, são fatores que legitimam esta ambição. Além disso, nenhum dos portos na sub-região reúne condições necessárias para se tornar um porto de transbordo, deixando este papel de apoio logístico para o porto de São Tomé.

Quanto ao aeroporto, o mesmo justifica-se pelo facto de se tratar de uma oferta turística regional e internacional única para a qual há um mercado em crescente desenvolvimento e que deve ser entendido como um bloqueio que deve ser ultrapassado, para que o país possa de facto rumar pelo seu desenvolvimento.

O segundo risco reside na mobilização de financiamento para o desenvolvimento dos projetos estruturantes no domínio da PPP e o programa de investimento público prioritário 2016-2019. Este risco é mitigado pelo facto de que os projetos são suficientemente bem estudados, oferecerem boas perspectivas de rentabilidade e representarem os eixos fundamentais de apoio em torno dos quais desenvolverão outras empresas e postos de trabalho de geração de rendimento, aumentando assim as receitas fiscais.

STeP IN Londres 2015 faz desta mobilização, dos investidores privados, um dos seus principais objetivos, muitos dos quais, incluindo alguns dos maiores ao nível mundial, confirmaram o seu interesse em examinar estes projetos. O financiamento do projeto de Porto de águas profundas, que é o mais importante em termos de custos (500 a 550 M USD), já está assegurado e discussões para a modernização do aeroporto, está em vias de finalização.

No que diz respeito ao PIP prioritário 2016-2019, o governo manteve um cenário para o qual o financiamento, a mobilizar dos recursos externos, é de 305 M USD, ou seja, 131 M superior ao que fora inicialmente acordado com o FMI em julho último. No entanto, esta diferença era para um período de 3 anos, enquanto o governo conta com um plano quadrienal e com os compromissos assumidos pelos parceiros bilaterais e com as novas modalidades de financiamento, incluindo a mitigação de risco e fundos especializados. Entende-se que este cenário será examinado em profundidade com os principais parceiros do país, incluindo o FMI.

Um terceiro risco tem a ver com a capacidade de absorção do país, em particular, e a capacidade da administração são-tomense, em geral; a este propósito, o governo está determinado em implementar, sem demora, as reformas previstas, capazes de introduzirem substancialmente melhorias necessárias, tais como descreve a secção 4.2.1 acima.

O aumento significativo do investimento privado (projetos de infraestrutura PPP, nomeadamente) e público não é sem risco para a estabilidade do quadro macroeconômico do país. O governo está ciente desse risco, e, em consulta com os seus parceiros, incluindo o FMI, tomará os passos necessários para preservar essa estabilidade.

Finalmente, não se pode negligenciar o risco política que, juntamente com a debilidade dos serviços jurídicos do Estado, pode ser manifestada por atrasos na elaboração e promulgação de leis que são importantes para a melhoria do negócio ambiente e para o respeito pelo ritmo de implementação das reformas acordadas no âmbito do programa trienal apoiado por um FEC do FMI. O governo, apoiado por uma confortável maioria parlamentar, tomará todas as disposições necessárias, em consulta com o órgão legislador, para atenuar esse risco e assegurar a implementação em forçar diligente das leis da República.

7.2 Sequenciamento

A Agenda de Transformação de São Tomé e Príncipe será sequencialmente implementada em programas plurianuais-quadrienais. Tomará em conta a necessidade urgente de resposta às aspirações dos cidadãos e o alcance dos objetivos de desenvolvimento, tal como definido no Pós-Agenda 2015, adotado pelas Nações Unidas em 25 de setembro.

A primeira sequência dessa implementação está descrita nas secções 4 e 5 acima (reformas e projetos prioritários de programa). O governo não deixa de

estar ciente de que esta é a sequência decisiva para o sucesso do processo de transformação do país. No que lhe toca, está empenhado em acelerar o ritmo das reformas. Espera dos seus parceiros desenvolvimento o acompanhamento necessário, tanto em termos de recursos financeiros como em termos de assistência técnica, para que esta fase venha a ser coroada de sucesso. Só assim o país será capaz de sair da armadilha de fragilidade em que se encontra e dar respostas às aspirações dos seus cidadãos, por um lado, e realizar os objetivos de desenvolvimento pós 2015, por outro lado.

7.3 Monitoramento

Como já foi atrás referido, a administração são-tomense é caracterizada por uma fraqueza notória, relativamente à gestão estratégica de recursos de desenvolvimento, resultante da falta de dados estatísticos fiáveis e de um insuficiente monitoramento de políticas públicas.

O governo está determinado em implementar, sem demora, um eficiente sistema de monitoramento da Agenda de Transformação do País. Este sistema, cuja arquitetura será definida com precisão nas próximas semanas, vai ser articulado em torno de um Comité de acompanhamento conjunto, presidido pelo Primeiro-ministro, apoiado pelo Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas e composto por representantes da administração, do setor privado e organizações da sociedade civil, bem como dos representantes dos principais PTFS dos países representados em São Tomé. Um primeiro balanço intercalar será organizado no final de junho de 2016, a fim de avaliar o grau de implementação das medidas de reformas que sustentam a Agenda de transformação e a mobilização de recursos financeiros e assistência técnica necessária.

A implementação deste sistema de monitoramento será facilitada por uma combinação de fatores que incluem:

- O tamanho do país;
- A reforma da administração pública, o estabelecimento da governação eletrónica, a implementação de um programa nacional de capacitação com uso de assistência técnica externa;
- O estabelecimento de agências especializadas, que podem recorrer a competências externas, incluindo a de nossos compatriotas no exterior, ansiosos para darem o seu contributo para o trabalho de transformação nacional;
- A utilização generalizada do TIC.

CONCLUSÃO

São Tomé e Príncipe está hoje numa encruzilhada: Ou o País resigna-se e continua sendo um Estado assistido pela comunidade internacional, ou decide tomar em mãos o seu destino, de uma forma irreversível, um caminho para o crescimento sustentável e inclusivo, que oferece emprego à nossa juventude, reduz e erradica a pobreza e satisfaz as esperanças dos cidadãos que, por muito tempo decepcionados, aspiram legitimamente as condições de uma vida decente.

O Governo, resultante das eleições de 12 de outubro de 2014 e apoiado por uma maioria parlamentar absoluta, um facto, sem qualquer hesitação, a segunda opção. É sua ambição de São Tomé e Príncipe e nosso país objetivamente, tem todos os recursos necessários para cumprir esta ambição.

Estamos conscientes de que o caminho a percorrer para atingir os objetivos da nossa Agenda de transformação, e que coincidem perfeitamente com os ODS, será longo e difícil. No entanto, estamos confiantes, porque a história recente ensina-nos que quando a vontade política é real, e que o apoio popular é sólido, o ritmo acelerado das reformas e o apoio da comunidade internacional é eficaz, os países, mesmo os pequenos em tamanho, podem iniciar um processo virtuoso sustentável de transformação e satisfazer as aspirações dos seus cidadãos.

A nossa determinação política é forte e será traduzida por uma melhoria significativa do modo de governação do país, para que a ação pública seja a mais transparente possível, a mais eficiente e a mais eficaz. Só assim seremos capazes de aumentar o nível de exigência popular em termos de boa governação e dedica-la definitivamente ao serviço do país.

O orçamento participativo ou «orçamento do cidadão» e a sua execução, tomando em conta o máximo possível das necessidades expressas e os projetos acordados de forma participativa entre o Governo, as autoridades locais e a sociedade civil, em 2015, lançou as bases para uma relação de confiança e de governação, próxima dos cidadãos, baseada nos resultados e na palavra dada, permitindo uma abordagem pragmática dos problemas da vida cotidiana e de proximidade, por um lado, e os grandes consensos para as reformas estruturais indispensáveis ao desenvolvimento sustentável, por outro lado.

A expectativa da população relativamente às reformas é grande e os nossos concidadãos expressaram-na claramente durante as consultas populares, o que conduziu ao desenvolvimento da “Visão de São Tomé e Príncipe -2030: o País que queremos construir”.

O Governo, ciente desta vontade política e popular, conduzirá a um ritmo acelerado o processo de reformas, apoiado por uma redinamização/reestruturação da administração pública, por um rigor em matéria de monitoramento, envolvendo todas as partes interessadas no desenvolvimento do país e uma comunicação regular.

Como todos sabemos, a viabilidade do Estado de são-tomense, suas obrigações, obrigações e responsabilidades fundamentais estão interligadas, ainda nos próximos anos, com a disponibilidade da Comunidade em acompanhar-nos no nosso esforço de reajustamento da estrutura da nossa receita e investimento. A estrutura desta dependência essencial deve ser revista para nos permitir efetiva e gradualmente mudar os contornos para que São Tomé e Príncipe tome um lugar mais eficaz, num mundo global, participativo e faça interdependência.

Por todas estas razões, o apoio dos nossos parceiros, que nunca nos faltou, é hoje mais do que nunca indispensável, tanto em termos do volume crescente de recursos financeiros, como em termos de assistência técnica.

É assim, e única condição, para que a primeira sequência da Agenda de transformação seja bem-sucedida e garanta o sucesso das sequências que se-lhe seguirão. Consequentemente, com a realização dos ODS em 2030 e a mutação do país, São Tomé e Príncipe tornar-se-á um país emergente que oferece aos seus cidadãos as condições de uma vida digna e de pleno desenvolvimento e contribuirá para o desenvolvimento socioeconómico da sub-região do Golfo da Guiné e do continente africano, em geral.

LISTA DOS PROJETOS

Questões a resolver	Projecto para resolver as questões	Departamentos e Ministério Responsáveis	Ref.º do Projecto
Desafios I: Combate à Pobreza em Comunidades Rurais			
Assistência à Comunidade Agrícola - Técnica e Financeira			
	Projecto de Apoio às famílias vulneráveis	Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais	FP11
	Projecto de Pensão Social Não Contributiva	Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais	FP12
	Institucionalização de crédito Rural	Ministério das Finanças e Administração Pública	FP21
	Implementação de Fileira de Feijão Seco em STP	Ministério da Agricultura e desenvolvimento rural	FP55
	Intensificação da Produção Avícola	Ministério da Agricultura e desenvolvimento rural	FP56
	Implementação de central Hortofrutícola	Ministério da Agricultura e desenvolvimento rural	FP62
Soluções para requisitos de irrigação			
	Construção e/ou reabilitação de sistema de irrigação e construção de represas para a retenção de água	Ministério da Agricultura e desenvolvimento rural	FP66
Transportar os produtos agrícolas do Agricultor para o Mercado			
	Melhoria de acesso aos mercados dos produtos agro-pecuários	Ministério da Agricultura e desenvolvimento rural	FP57
	Programa Nacional de Extensão Rural	Ministério da Agricultura e desenvolvimento rural	FP63
	Reabilitação de pistas rurais	Ministério da Agricultura e desenvolvimento rural	FP65,F P67
Preservação, Armazenamento e adicionar Valor aos Produtos			

Agrícolas		
Reforço da capacidade do centro de investigação agronómica e tecnológica (CIAT)	Ministério da Agricultura e desenvolvimento rural	FP64
Comercialização do produto excedentário. Orientação, certificações da qualidade, controlos sanitários e outras medidas		
Desenvolvimento Rural Integrado	Ministério da Agricultura e desenvolvimento rural	FP58
Promoção Sustentável da Produção Agro-Pecuária	Ministério da Agricultura e desenvolvimento rural	FP59
Reforço das capacidades dos atores de desenvolvimento rural	Ministério da Agricultura e desenvolvimento rural	FP60
Mais alimentos África na República Democrática de STP	Ministério da Agricultura e desenvolvimento rural	FP61
Desafios II: Combate à Pobreza nas Comunidades Costeiras		
Assistência a Comunidade Pesqueira - Técnica e Financeira		
Promoção da pesca industrial	Ministério da Economia Cooperação Internacional	FP25
Educação e formação em marinho e homens do mar para os Jovens		
Segurança e patrulha costeira para salvar pescadores perdidos no alto mar.		
Controlo da erosão das costas e Proteção contra as Marés		
Protecção Costeira e Realojamento das comunidades piscatórias	Ministerio das Infrastruturas e Reg.Aut.Principe	FP91
Desafios III: Recursos Humanos com enfoque especial no		

Desenvolvimento das Capacidades dos Jovens		
Soluções de transporte para trazer todas as crianças às escolas		
Reduzir o nº excessivo de crianças nas escolas e melhorar o Rácio Professor-Aluno		
Melhoria da gestão e alargamento da rede escolar em STP	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP48
Construção de um liceu regional	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP87
Fornecer refeição do almoço e combater a malnutrição e incentivar a frequência escolar		
Projecto Nacional de Alimentação e Saúde Escolar	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP45
Renovar as facilidades & Introdução do ICT		
Tecnologia nas salas de aula – Ministério da Educação, Cultura e Ciência	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP53
Formação vocacional, educação técnica e laboratórios de línguas para Jovens. Introdução de novas disciplinas		
Projecto de Desenvolvimento do Ensino Técnico Profissional e do Ensino Recorrente.	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP46
Reforço da capacidade institucional da Universidade de S. Tomé e Príncipe	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP50
Reforço de Capacidades Institucionais e Técnicas do MECC e do Ensino	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP51
Alfabetização e qualificação profissional de jovens e adultos	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP52

Formação para Professores e desenvolvimento de metodologias de ensino		
Projecto de Melhoria de Qualidade do Sistema de Ensino. (PROMEQSE)	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP49
Desafios IV: Desenvolvimento de Cuidados da Saúde para as populações e resolver os desafios nos Cuidados da Saúde Pública		
Melhoria Urgente das Facilidades de Emergência e Cuidados de Trauma		
Projecto de Combate ao Alcoolismo	Ministério da Saúde	
Projecto de Segurança Rodoviária	Ministério da Administração Interna	
Reabilitação do espaço de Fisioterapia	Ministério da Saúde	FP07
Aquisições e Gestão Planeadas de medicamentos, reagentes, consumíveis e equipamento Hospitalar		
Desenvolvimento de Software e de uma infraestrutura de Gestão	Ministério da Saúde	FP04
Meios de diagnósticos de Imagem	Ministério da Saúde	FP02
Central de Oxigénio Reestruturação, Reorganização e Apetrechamento dos Serviços do Hospital Dr. Ayres de Menezes	Ministério da Saúde	FP05
Central de Esterilização	Ministério da Saúde	FP08
Expansão do Hospital, Instalação de equip. de especialidade e apetrechamento	Reg. Aut. Do Principe	FP09
		FP88

Erradicação de Doenças Transmissíveis		
Prevenção, Gestão & Controlo de Doenças Transmissíveis		
Combate às doenças Endémicas e Não Endémicas	Ministério da Saúde	FP01
Desafios V: Responder a Desafios na Segurança Pública, Segurança Interna e Segurança em Aeroportos e Costeira		
Formação das Forças Policiais em Procedimentos de Atuação Policial, Procedimentos e Processos Operacionais da Policia. Atualizar as aptidões para Padrões Internacionais. Sensibilização para crimes da nova era, incluindo drogas e terrorismo.		
Inquérito sobre a prevalência do consumo de substâncias Psicotrópicas e outras drogas nas escolas secundárias dos Distritos de Água Grande, Mé-Zochi e Lembá	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos	FP36
Formação e Requalificação dos quadros das forças e serviço de defesa e segurança	Ministério da Defesa e do Mar e da Adm. Interna	FP98
Atualizar o equipamento de vigilância, aparelhos de proteção, incluindo escudos e coletes, armas e munições		
Adquirir o equipamento necessário para Segurança em Aeroportos e Costeira e formação		
Desenvolvimento de Quadro Legal Marítimo		
Elaboração de legislação marítima	Ministério da Defesa e do Mar	FP99

Desafios VI: Reformas na Capacidade Legal e Judicial

Inspeção e Revisão das Leis: Lei das Sociedades, Comercial e Negócios. Revisão do Código Civil.

Criação da Escola Nacional de Estudos Judiciários e Administração de STP (ENEJA)	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos	FP35
--	--	------

Acelerar a resolução de litígios, melhorar os processos Judiciais e de Arbitragem, usando tecnologias

Mutualização Produção Legislativa	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos	
Implementação de sistema de Gestão Integrado de Processos	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos	FP37

Desafios VII: Promover a Coesão Nacional e a Coesão Social

Prevenção da Violência Doméstica, da capacidade de melhoria da responsabilidade parental para as jovens mães solteiras /jovens casais, Promover a relação Pais - escola, Desenvolvimento de centros pós-escola

Inclusão da criança portadora de necessidades especiais no Sistema de Ensino	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP47
Infantário Amazinhas - Inst. Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP54
Promoção do crescimento sustentável e integrado	Min. Dos Negócios Estrangeiros e Comunidades	FP94
Construção de um centro de dia para os idosos	Reg. Aut. Do Principe	FP83

Acesso público a Internet, Digitalização em TV		
TVS Projecto de Digitalização Terrestre	Ministério da Presidência	FP68
Desenvolvimento de Lojas de Cidadão, eGovernance e programas que aproximam o Governo das populações. Participação das populações e escrutínio público da Polícia Governamental		
E-Government / Loja do cidadão	Ministério da Presidência	FP70
E-Government	Ministério da Presidência	FP71
Reforço de capacidade de fiscalização e controlo	Ministério das Finanças e Administração Pública	FP20
Construção de um edifício piloto da Administração Pública	Reg. Aut. Do Principe	FP84
Melhoria e Reforço das Capacidades diplomáticas nacionais e técnicas de negociação	Min. Dos Negócios Estrangeiros e Comunidades	FP95
Desenvolvimento de facilidades Desportivas e de Desportos		
Construção de um centro desportivo - jogos da CPLP	Ministério da Juventude e do Desporto	FP103
Construção de Centro de Medicina Desportiva	Ministério da Juventude e do Desporto	FP105
Construção de um pavilhão Gimnodesportivo	Reg. Aut. Do Principe	FP89
Preservação da Cultura e Artefactos Culturais		
Biblioteca Viva	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP42
Restauração do Arquivo Histórico de STP	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP43
STP Mais Cultura, Mais Cidadania	Ministério da Educação, Cultura e Ciências	FP44
Reabilitação de edifícios para biblioteca a arquivo histórico	Reg. Aut. Do Principe	FP76
Reabilitação da casa da cultura	Reg. Aut. Do Principe	FP77

Desafios VIII: Desenvolvimento Sustentável através da Preservação Ambiental e Controlo de Danos Colaterais		
Desenvolvimento das Energias Renováveis; Energia Hídrica e Energia Solar no telhado		
Centro Solar Fotovoltaica	Ministério da Economia - Projecto EMAE	FP33
Construção de 5 mini hídricas	Reg. Aut. Do Principe	FP86
Desenvolvimento e gestão de aterros sanitários e gestão de resíduos		
Construção de Centrais de Incineração	Ministério da Saúde	FP03
Lavandaria do Hospital Dr. Ayres de Menzes	Ministério da Saúde	FP06
Aterro Sanitário	Ministério das Infraestruturas, Rec.Naturais e Ambiente	FP14
Remoção de destroços de Barcaças	Ministério da Defesa e do Mar	FP96
Remoção de lixos marinhos	Ministério da Defesa e do Mar	FP97
Construção de um aterro sanitário	Reg. Aut. Do Principe	FP75
GIS de planeamento territorial & outros Projetos de Preservação		
Cartografia Digital	Ministério das Infraestruturas, Rec.Naturais e Ambiente	
Estratégia de Conservação da Natureza e Biodiversidade	Reg. Aut. Do Principe	FP90

Desafios IX: Desenvolvimento de Infraestruturas para apoiar o Desenvolvimento e Crescimento Económico

Reabilitar Estradas, pavimentos, paredes de protecção do mar, para além de outras estradas

Requalificação dos arruamentos da capital	Ministério das Infraestruturas, Rec.Naturais e Ambiente	FP15
Reabilitação do pavimento talude e protecção costeira da EN1 (Lobata e Lembá)	Ministério das Infraestruturas, Rec.Naturais e Ambiente	FP16
Reabilitação e construção de estrada em asfalto	Reg. Aut. Do Principe	FP80

Reabilitar pontes sobre rios

Reabilitação sobre as pontes do Rio água Grande (6 pontes)	Ministério das Infraestruturas, Rec.Naturais e Ambiente	FP17
Reabilitação das pontes sobre os rios Lembá e Cantador	Ministério das Infraestruturas, Rec.Naturais e Ambiente	FP18
Construção de ponte Barreto	Reg. Aut. Do Principe	FP81

Outros Desenvolvimentos de Infraestruturas Públicas

Certificação do Aeroporto Internacional de São Tomé (Empresa Nacional de Segurança dos Aeroportos)	Ministério da Economia Cooperação Internacional	FP23
Construção do porto de Ponta Mina	Reg. Aut. Do Principe	FP82
Abastecimento de Água as comunidades	Reg. Aut. Do Principe	FP74
Projecto Trabalhos Públicos Comunitário	Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais	FP13

Reabilitar a geração, transmissão e distribuição de eletricidade para ir de encontro às necessidades		
Central Contador	Ministério da Economia - Projecto EMAE	FP29
Central a GPL	Ministério da Economia - Projecto EMAE	FP30
Central Grande, 11,5 MW	Ministério da Economia - Projecto EMAE	FP31
Reabilitação das Redes de BT	Ministério da Economia - Projecto EMAE	FP34
Construção de infraestruturas de stockagem de combustíveis	Reg. Aut. Do Principe	FP92
Transporte e distribuição de energia para as comunidades rurais	Reg. Aut. Do Principe	FP93
Desafios X: Agências para a Implementação da Estratégia de Transformação e Implementação de Políticas		
Agência Internacional da Cooperação (ICA)		
Autoridade para s Obras Públicas e Desenvolvimento (PWDA)		
Conselho para a Gestão de Marcas, Imagem & Comunicações (BICMC)		
Autoridade para Investimentos Promoção (IPA)		
Autoridade Ambiental de São Tomé e Príncipe (STPEA)		

Fundo I: Fundo de Agência Nacional

**Capacitação Institucional para o desenvolvimento económico focado.
Este fundo irá centrar-se no reforço das capacidades através de agências especiais independentes.**

O Governo vai criar organismos especiais independentes para orientar e implementar a visão e políticas relacionadas. Cinco agências que serão criados são:

1. Agência Internacional da Cooperação (ICA)
2. Autoridade para s Obras Públicas e Desenvolvimento (PWDA)
3. Conselho para a Gestão de Marcas, Imagem & Comunicações (BICMC)
4. Autoridade para Investimentos Promoção (IPA)
5. Autoridade Ambiental de São Tomé e Príncipe (STPEA)

Cada Agência irá empregar um Chief Executive Officer, Diretor, Chefe de Gabinete Sénior e Chefe de Gabinete Júnior

O Fundo será sem Fins Lucrativos - Fundo de Desembolso com um Tesouro Central.

Ministério das Financas

Fundo II: Fundo Nacional de Educação

1. Canalizar todos os investimentos em educação para a criação de infra-estruturas de educação
2. Fornecer empréstimos de educação para estudantes que desejam prosseguir estudos em instituições de renome no exterior

O Fundo investirá em projetos privados que vão construir Infra-estruturas de Educação. Estas instalações serão alugadas ou compradas por instituições de ensino e o Fundo vai ganhar de volta os seus investimentos com retornos.

O Fundo irá apoiar os alunos que desejam estudar no exterior, com empréstimos de educação. Mecanismos serão postos em prática para garantir que não haja desistências ou um número muito baixo de desistências.

Ministério da Educação,
Cultura e Ciências e
Ministerio das Financas

Um Conselho Directivo será criado como um órgão de gestão independente. Cada parceiro participante no fundo vai nomear um director ao Conselho para garantir uma governação rigorosa.

Uma equipe internacional e bem qualificados gestores serão contratados para operar o fundo.

Fundo III: Fundo Nacional de Energia Renovável

O Governo está empenhado em gerar pelo menos 50% dos requisitos de energia para São Tomé e Príncipe através de fontes renováveis nos próximos 5 anos.

Este fundo irá fornecer acesso ao financiamento para esses projetos

Foco do Fundo:
projetos de geração de energia renovável (hidro, solar de telhado e solar de fazenda) que têm garantido um contrato de compra de energia do governo.

Opções estruturantes:
1. O fundo estruturado como um depósito bancário com o banco central com uma taxa de juro muito baixa. O banco pode, então, conceder empréstimos para projectos no adicional de 1 - 2% para cobrir os custos administrativos.

2. O fundo pode investir diretamente do património líquido em projetos.

Ministério das Infraestruturas, Rec.Naturais e Ambiente e Ministerio das Financas.

Um Conselho Directivo será criado como um órgão de gestão independente. Cada parceiro participante no fundo vai nomear um director ao Conselho para garantir uma governação rigorosa.

Uma equipe internacional e bem qualificados gestores serão contratados para operar o fundo. Uma equipe técnica serão contratada para orientar a implementação dos projetos.

Fundo IV: Fundo Nacional de Terra e de Desenvolvimento Imobiliário

Desenvolvimento imobiliário, incluindo espaços para escritórios, unidades residenciais, armazéns industriais, hotéis e resorts e espaços de entretenimento.

<p>Modelo de Private Equity para investimentos imobiliários. Características:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A participação do governo no desenvolvimento da ilha é assegurada por suas contribuições e compromissos para o Fundo 2. O Fundo será activamente comercializado para investidores privados 3. Todos os participantes vão ganhar retornos interessantes sobre os seus investimentos 4. O Fundo será garantido pelo Governo. <p>Plano de Estruturação: O Fundo será estruturado como uma Private Equity com estrutura 2 / 20.</p>	<p>Ministério das Infraestruturas, Rec.Naturais e Ambiente e Ministerio das Financas.</p> <p>Um Conselho Directivo será criado como um órgão de gestão independente. Cada parceiro participante no fundo vai nomear um director ao Conselho para garantir uma governação rigorosa.</p> <p>Uma equipe internacional e bem qualificados gestores serão contratados para operar o fundo. Uma equipe técnica serão contratada para orientar a implementação dos projetos.</p>	
---	---	--

14-15 Outubro 2015

Conferência dos Parceiros ao Desenvolvimento

